

ATA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis de novembro de dois mil e dezenove, realizou-se a 129ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Av. do Contorno, 6.664, 1º andar - Bairro Santo Antônio.

Conselheiros presentes: Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Marta Alves Larcher (MPMG), Wesley Bambirra Rodrigues (SICEPOT-MG), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Laura Fusaro Camey (CMSBH), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA), Rosilene Guedes Souza (CAU-MG) Raquel Sampaio Jacob (PUC) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

Suplentes presentes: Fabiano Álvares da Silva (FLOLESTE),

Ausência justificada: Josué Costa Valadão (SMOBI) e Patrícia de Castro Batista (SLU).

O Conselheiro Rogério Pena Siqueira, verificando o quórum, iniciou a reunião colocando em votação a ata da 127ª Reunião Ordinária do COMUSA que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, apresentou a nova Conselheira designada como representante do Conselho Municipal de Saúde, Laura Fusaro Camey. Passou, então, a palavra ao Coordenador da Defesa Civil, Coronel Valdir Figueiredo Vieira para proceder sua apresentação: A Gestão de Riscos e Desastres no Período Chuvoso 2019/2020.

O palestrante iniciou sua apresentação demonstrando a satisfação por participar da reunião, enfatizando ser a gestão de riscos e desastres, a missão institucional da Subsecretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil. Apresentou um panorama mundial da Conferência Internacional de Gestão de Riscos e Desastres de 2015 que mostrou que 700 mil pessoas perderam a vida em razão de desastres, 1,4 milhão de pessoas ficaram feridas, 23 milhões de pessoas ficaram desabrigadas, 1,5 bilhão de pessoas foram afetadas no mundo e a perda econômica foi da ordem de 1,3 trilhões de dólares. No Brasil, o gasto médio mensal como consequência da ocorrência de desastres é de R\$ 800 milhões.

O palestrante informou que para lidar com esses desafios, o Município conta com a sua Gestão de Riscos e Desastres, que utiliza como referência, a estratégia internacional para redução de riscos de desastres, estabelecida por um organismo da organização das nações unidas, responsável por avaliar, quantificar e estabelecer procedimentos e orientações a todas as nações, objetivando uma eficiência crescente nesse enfrentamento.

Segundo o palestrante, o risco nada mais é do que a probabilidade de ocorrência de determinado evento, estando presentes em qualquer atividade humana. Na Defesa Civil, o risco é tratado como uma equação matemática que se sujeita a três fatores: ameaça, vulnerabilidade e exposição. O objetivo é zerar todos os fatores.

Outro conceito importante apresentado foi o de desastre. Desastre é um evento adverso causado pelo homem ou por um fenômeno da natureza, sobre um ecossistema vulnerável, causando prejuízos humanos, ambientais e socioeconômicos. Deve-se trabalhar para que o desastre não ocorra.

O palestrante apresentou ainda o conceito de Defesa Civil como sendo um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os efeitos dos desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

O palestrante ressaltou que trabalhar na prevenção é mais eficiente e mais barato. “Estudos mostram que os investimentos que são feitos em prevenção representam 07 (sete) vezes menos do que os investimentos necessários na recuperação e na resposta. E, se não somos capazes de prevenir um desastre, porque não temos capacidade de zerar todos os fatores da equação, a convivência com o risco é uma realidade na nossa vida e temos que aprender a mitigar, adotar providências que impeçam ou diminuam os impactos e, também, estar preparados para atuar na ocorrência de um desastre. Além disso, trabalhamos muito a preparação na Defesa Civil. Por que quando não somos eficientes na preparação, temos que ser eficientes na resposta, ou seja, nas medidas de socorro. E, depois, recuperar o cenário. Recuperar o cenário não significa construir a casa no mesmo lugar onde ela foi atingida pela inundação, é construir de forma tal que ela não seja mais atingida pela inundação. Esses são os ciclos de ação de defesa civil.”

Conforme o esclarecido, no âmbito municipal esses princípios, conceitos e doutrinas são trabalhados através do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil. Esse sistema, naturalmente, é comandado pelo Prefeito, com apoio do GGRD, que é Grupo Gestor de Riscos e Desastres, que é um órgão colegiado, como o COMUSA, que se reúne toda as segundas-feiras no auditório do prédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para avaliar os impactos das chuvas durante a semana e definir as prioridades e alertas a todos os órgãos da Prefeitura. Em Belo Horizonte, implantou-se uma visão sistêmica de defesa civil e todos os órgãos da Prefeitura participam juntos desse Grupo. Por sua vez, a sociedade civil organizada participa de duas formas: através dos Núcleos de Alerta de Chuva e dos Núcleos de Defesa Civil, que são coordenados pela URBEL. Os Núcleos de Alerta de Chuva convivem em áreas de alagamento e os Núcleos de Defesa Civil convivem em áreas de risco geológico. “É um trabalho excepcional, referência no mundo todo.”

Outro conceito importante abordado é o de ação sistêmica de defesa civil que, em suma, consiste na interdependência dos órgãos públicos e privados, que precisam trabalhar juntos, para que o sistema funcione de modo harmônico.

O objetivo a ser buscado é o de tornar Belo Horizonte uma cidade cada vez mais resiliente, o que não significa estar invulnerável aos desastres, mas ter a capacidade de se reerguer, de sobreviver apesar dos desastres. “Desastres vão ocorrer, o risco é permanente na nossa vida, na nossa rotina, mas a gente precisa ser capaz de resistir, impedir que o desastre aconteça, e se ele acontecer, restabelecer as condições de normalidade e o moral da sociedade. É preciso desmistificar a condição de que o poder público tem que resolver todos os problemas e ressaltar que não temos controle sobre os fenômenos climáticos.”

“Com relação aos fenômenos climáticos em Belo Horizonte, a estratégia que temos é a antecipação. Para isso, são usadas ferramentas de tecnologia. A primeira é a informação através dos satélites, principalmente o satélite americano NOAA. É um satélite meteorológico, que distribui imagens para o mundo inteiro, e nós pegamos essas imagens do satélite que nos dá uma visão do topo, de cima das nuvens. Aliado a isso, utilizamos também um radar meteorológico para ver a parte de baixo das nuvens num raio de 200 km, possibilitando fazermos previsões de pancadas de chuvas com até 6 horas de antecedência. De posse desta visão, a gente tem uma antecipação das providências da mitigação de riscos. Além disso, conseguimos prever a quantidade de chuvas e, através da rede de estações de terra, medimos a quantidade de chuva e a variação dos níveis dos córregos. De posse da informação, fazemos com que ela flua e alcance os moradores dos mais diversos pontos da cidade, através das redes sociais e da Plataforma Nacional de Alertas Públicos, para que a população possa se precaver. A partir deste ano vamos utilizar, também, o aplicativo Waze para alertar a população. Caso o destino seja uma área com previsão de inundação, o aplicativo vai alterar a rota automaticamente e se a pessoa já estiver na área, será emitido um alerta para que ela deixe o local.”

Prosseguí ainda o palestrante: “E a pergunta que não quer calar: como a sociedade pode ajudar? Primeiro, recebendo os alertas e mudando a sua atitude, alterando o seu comportamento, entendendo o que aquele alerta traz no seu conteúdo e como isso pode afetar o dia a dia da sociedade e não se expor a risco desnecessariamente. É preciso fortalecer a resiliência dentro das comunidades e as pessoas podem participar e devem participar disso. Reforçando, as pessoas são mais importantes, e o conhecimento, o alerta, a informação, têm que chegar lá na pontinha, para aquelas pessoas que vivem na área de risco, independente do nível cultural dela, independente da capacidade econômica, independente de qualquer coisa, a informação precisa chegar e precisa ser centrada nas pessoas. Os alertas têm que ser multissetoriais e orientados para a variedade de perigos. Não é só o perigo de chuva e do deslizamento. São vários os perigos. Dengue é um perigo. O trânsito é um perigo. Então a gente precisa trabalhar nessa resiliência em todos os perigos que estão presentes na sociedade. O público, o privado e as organizações da sociedade civil precisam trabalhar juntas. É preciso que todos nós somemos os esforços, cada um de nós, dentro da sua casa, dentro da sua comunidade, tenham um papel relevante na prevenção dos desastres, na divulgação dos alertas e na conscientização das pessoas de que, quem tem que cuidar dela é ela mesma. O Poder Público tem a responsabilidade de liderança na gestão dessa ação de prevenção.

O palestrante ressaltou que Belo Horizonte foi reconhecida pela ONU com o prêmio Sasakawa. Essa premiação é um reconhecimento das Nações Unidas das cidades que têm bons programas e boas práticas

de resiliência. “A estrutura que a gente tem em Belo Horizonte é muito diferente da que a gente vê em outras cidades. Não existe uma cultura de defesa civil dentro da nossa sociedade e isto precisa mudar. E, por fim, a inspiração que temos na Subsecretaria de Defesa Civil é que precisamos entender que, como servidores públicos, estamos aqui para servir àqueles que mais precisam. E essa orientação vem do próprio Jesus Cristo “O maior de vocês deve ser aquele que serve”. Nós estamos aqui para servir a todos.”

Encerrada a apresentação, franqueou-se a palavra aos presentes, para que fizessem suas considerações.

O conselheiro e especialista Rogério Siqueira, que presidia a reunião, ressaltou a importância de considerar os efeitos das mudanças climáticas no contexto de defesa civil. Ressaltou ainda a importância de investimentos na área de segurança e prevenção, citando o exemplo de investimentos de saneamento que previnem os gastos com saúde. Relembrou ainda intervenções antigas em vilas e favelas, como o processo de retirada de moradores em áreas de risco começou de forma precária, mencionando a evolução no processo de Defesa Civil em Belo Horizonte.

O Conselheiro e representante da Urbel, Claudius Pereira, ressaltou a importância de observar as mudanças climáticas. Mencionou ainda a evolução do sistema de monitoramento hidrológico no município e abordou a importância do comportamento seguro da população, enfatizando a obediência às diretrizes passadas pelas autoridades na prevenção do risco. Além disso, disse que é preciso aumentar a resiliência através de políticas que vão gerar políticas habitacionais. Lembrou ainda que quanto mais se faz gestão, menores são os riscos. Porque isso gera na população um comportamento mais seguro. Engrandeceu, ainda, o trabalho realizado pela Subsecretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, lembrando o prêmio recebido pelo órgão em 2013.

A Conselheira e representante do Conselho Municipal de Saúde, Laura Fusaro, expressou sua preocupação quanto à capacidade de adaptação às mudanças climáticas e aos fatores de risco e questionou os limites do cidadão, enquanto indivíduo, para mitigar os riscos. Questionou o papel do COMUSA e como o Conselho poderia chamar as pessoas à responsabilidade.

O representante da sociedade civil, Nilson Silva, pediu providências para as famílias moradoras às margens do Córrego do Cercadinho.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.